

• Política *ANC*

PMDB

15 ABR 1988

GAZETA MERCANTIL

Ulysses acha que o "racha" pode ameaçar Constituinte, diz Richa

por Cecília Pires de Brasília

O presidente da Constituinte e do PMDB, deputado Ulysses Guimarães, disse ontem ao senador José Richa (PMDB-PR) estar preocupado com a situação política e econômica e com o quadro de instabilidade que pode ser gerado, pregando que o partido precisa unir-se para enfrentar os problemas. Disse ainda que um racha no PMDB pode ameaçar os trabalhos da Constituinte.

Richa ponderou que, diante desse quadro, e por isso mesmo, é que os dissidentes querem criar um novo partido. "O povo hoje está desacreditado das instituições. Um novo partido seria capaz de gerar esperança. Pode ser a única alternativa para essa crise", respondeu o senador. Ulysses argumentou que o PMDB faria um novo programa como forma de unir as correntes divergentes e propôs que eles continuassem a conversar.

"Conversar, a esta altura, depois que formalizamos o documento da dissidência, só se for para concordar com nossas posições, em defesa do mandato de quatro anos para o presidente José Sarney e a favor do rompimento com o governo", respondeu Richa. Quanto ao novo programa para o partido, ele foi taxativo: "É tarde demais para isso".

Outro líder do bloco independente, o deputado Euclides Scalco (PMDB-PR), concordou com Richa. "Não vai ser agora, que o partido está desacreditado perante a opinião pública, que 32 parlamentares saíram do PMDB e que outros 93 se declararam independentes do partido, que um programa vai reunificar a sigla. O partido não discutiu até agora. O tempo para isso já passou".

A dissidência que preocupa Ulysses continua abrindo flancos no partido. Ontem, as lideranças dos "históricos" foram comunicadas, por telex, da decisão do PMDB de Curitiba, tomada pelo prefeito, Roberto Requião, e pelas cinco zonais do partido, em romper com o governo Sar-

ney, endossando a posição do bloco independente e perfilando ao lado dos parlamentares da bancada paranaense na Constituinte que assinaram o documento, em defesa da eleição e de eleições presidenciais neste ano.

Em São Paulo, as articulações para a criação do novo partido estão sendo aceleradas. Neste final de semana, parlamentares ligados ao senador Mário Covas deverão ter um encontro com políticos vinculados ao empresário Antônio Ermírio de Moraes para conversar sobre a entrada de Ermírio no novo partido. O convite incluiria uma proposta de candidatura, a prefeitura de São Paulo, neste ano, ou a governador, em 1990. Os contatos preliminares já foram feitos e Ermírio está receptivo ao novo partido, segundo informaram lideranças dos dissidentes. Covas confessou a um interlocutor de sua intimidade que "Antônio Ermírio é um excelente candidato para São Paulo".

Os dissidentes estão convencidos de que a prefeitura de São Paulo é a conquista mais importante a ser feita pelo novo partido. Admitem que, em grande parte, a consolidação da sigla depende da força que demonstrarem em São Paulo, onde se concentram algumas das maiores lideranças dos "históricos". "Nomes para o novo partido não faltam", afirma Richa.

As lideranças do bloco independente pretendem lançar o novo partido se perderem — o que é provável — a disputa pelo PMDB na convenção nacional. Parlamentares do partido já conversam a cerca de uma chapa para concorrer com a ala conservadora do PMDB. Se houver derrota, poderão romper com o partido governadores até então ligados a Ulysses, como o de Pernambuco, Miguel Arraes, e Waldir Pires, da Bahia. Ontem, o secretário de Justiça baiano, Juthay Magalhães Júnior, disse, em Brasília, que, se Ulysses ficar com os conservadores, "o governador ficará contra Ulysses".

Collor prevê cisão já na votação do mandato

por Flávio Porcello de Porto Alegre

O governador de Alagoas, Fernando Collor de Melo, disse ontem em Porto Alegre que o PMDB vai continuar unido até a votação do tempo de mandato do presidente José Sarney, mas acrescentou que, se for aprovado o mandato de cinco anos, "o partido racha". Menos enfático do que em afirmações anteriores, o governador de Alagoas assinalou que o grupo dos 93 dissidentes do PMDB na Constituinte "pode abandonar o partido para formar outra entidade partidária". Mas deixou claro que este, por enquanto, é um argumento para "obter o reencontro do partido com seus princípios e dar ouvidos ao povo, que quer eleições diretas já".

Em entrevista coletiva, Collor de Melo defendeu o fim do governo Sarney, sustentando que, "com os três anos de mandato, o

atual governo foi o responsável pela maior inflação da história, pelo mais alto nível de corrupção e impunidade já verificados neste País. Alguém aguentaria mais dois anos deste governo?", indagou.

Collor de Melo classificou sua conduta política como a de uma pessoa que quer ser diferente do quadro verificado hoje: "Quero diferenciar-me da massa cinzenta que caracteriza a classe política hoje", disse. E acrescentou dados sobre a realidade econômica brasileira, acentuando que "estamos criando uma legião de subnutridos, de crianças que não chegarão à adolescência, que morrerão antes, de doenças ou fadigas".

O governador alagoano esteve em Porto Alegre participando do 1º Fórum da Liberdade, promovido pelo Instituto de Estudos Liberais, uma entidade que reúne jovens empresários de tendência liberal.

Proposta de Prisco a Pires

O ministro da Habitação, Prisco Viana (PMDB-BA) voltou a negar, ontem, antes de embarcar para Brasília, em Salvador, que o governo federal esteja promovendo qualquer ato de retaliação contra os governos dos estados que se posicionaram a favor do parlamentarismo ou do mandato de quatro anos para o presidente da República.

"A questão dos quatro ou cinco anos de mandato para o presidente nunca foi tema de avaliação do Palácio do Planalto para identificar posições de ninguém", disse o ministro, segundo a EBN.

No caso específico da Bahia, ele disse que "não existe qualquer política de retaliação em curso" e citou uma série de obras que o governo federal vem realizando no estado não só dentro da área de competência da sua Pasta como de outros ministérios, a exemplo da barragem de Itaparica, recuperação de estradas e construção de novas rodovias (cerca de 200 quilômetros), como a evidência de que não está sendo feita qualquer discriminação. O governador Waldir Pires, no entanto, acha que a Bahia "está sendo vítima" do governo federal, por apoiar os quatro anos para Sarney.

Sobre a posição do governador Pires, que ontem de-

clarou estar realmente rompido com o governo do presidente Sarney, Viana ponderou: "O rompimento não atende aos interesses da Bahia. O mais importante agora seria o reatamento, a recomposição das relações entre o governador Waldir Pires e o governo federal. Nunca o rompimento dessas relações como sugere o governador".

A COALIZÃO DE FORÇAS

O ministro comentou ainda que o presidente Sarney não está querendo discriminar ninguém, alertando que o seu governo é de coalizão de forças e que o presidente tem procurado sempre o equilíbrio e a unidade não só das forças políticas que lhe dão sustentação, como de todas as demais.

Ele justificou ainda as demissões que têm ocorrido em órgãos ligados ao governo federal como "consequência natural" do processo democrático. "Afinal de contas", disse ele, "não existe nenhum exemplo no mundo em que se governe com a oposição, ou que a oposição seja governo. Assim sendo, os ocupantes de cargo de confiança, e o nome já diz ser de confiança, só permanecem no cargo enquanto não declinarem na confiança do governo. Perdendo essa confiança eles têm de sair para dar lugar a outros".